

Abadia segue orientações do MP

ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de uma reunião ontem com o procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, a governadora Maria de Lourdes Abadia anunciou que pretende seguir todas as orientações do Ministério Público no que se refere ao contrato emergencial para a limpeza urbana. À noite, Abadia enviou um documento à Belacap em que determinou o cumprimento das recomendações feitas por seis promotores de Justiça que atuam nas áreas de defesa do meio ambiente e do patrimônio público.

Entre as exigências estão a suspensão da construção do novo aterro sanitário e a apresentação de justificativa para escolha das empresas que ficarão encarregadas dos serviços pelos próximos seis meses. "A governadora determinou que tudo o que o Ministério Público pediu seja rigorosamente cumprido", disse ontem o secretário de Comunicação, Marcus

Vinícius Bucar Nunes. Bandarra esteve ontem no Palácio do Buriti, acompanhado dos promotores Ivaldo Lemos Júnior e Libânio Rodrigues, para entregar a resposta do Ministério Público à proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) elaborada pelo governo.

Na semana passada, Abadia propôs dividir o contrato de limpeza pública hoje sob o controle da Qualix Ambiental com outras quatro empresas: a Construtora Artec, a Nely Transportes, a WRJ Engenharia e o grupo do engenheiro José Celso Gontijo. O vínculo com a Qualix termina hoje e se o problema não for resolvido o Distrito Federal ficará sem coleta de lixo.

Conforme antecipou o **Correio**, um dos pontos mais controversos na avaliação do Ministério Público é a construção de novo aterro sanitário por uma empresa a ser contratada sem licitação num contrato emergencial, segundo o Governo do Distrito Federal pretende fazer. Para essa finalidade, a Belacap pretende contratar a WRJ

Engenharia. "A construção do aterro é urgente, mas não é emergencial. Pode aguardar a realização da licitação", afirma Bandarra. "Esse novo contrato, sem licitação, deve ficar restrito à manutenção da cidade limpa", avalia.

Licitação

A Belacap não teve tempo de preparar uma licitação porque o edital lançado pela autarquia no início do ano foi contestado pelo MP, Justiça e Tribunal de Justiça do DF, sob indícios de direcionamento para a Qualix. Para os promotores, a própria direção da Belacap é responsável pelo problema atual porque não tomou as providências necessárias, dentro da legalidade. No documento entregue a Abadia, o Ministério Público reafirma que um novo contrato agora com empresas sem que haja justificativas e detalhamento dos critérios de seleção implicará ações de improbidade administrativa e por crime previsto na Lei de Licitações. Os alvos serão os responsáveis pelo contrato.

Ronaldo de Oliveira/CB - 16/11/06



GOVERNADORA ABADIA DECIDE CUMPRIR AS ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE O CONTRATO DO LIXO

DIFICULDADES DA BELACAP

● A Belacap terá de apresentar justificativas para novo contrato emergencial, com detalhes sobre os motivos que levaram a autarquia a escolher determinadas empresas em detrimento de outras interessadas

● O contrato emergencial deverá se restringir aos serviços de manutenção de

limpeza urbana e não poderá incluir as obras de implantação do novo aterro sanitário e da nova usina de incineração de lixo especial. Também não poderá envolver as obras de complementação do encerramento do Aterro Controlado do Jôquei porque dependem do início da operação do novo aterro e da tecnologia apropriada

que deve ser indicada em estudo próprio

● Na hora de escolher as empresas que prestarão os serviços de forma emergencial, a Belacap deverá levar em conta a melhor oferta entre as concorrentes aptas a prestá-los, sob os critérios de menor preço e qualidade técnica

A Belacap deve promover, em até seis meses, a licitação pública para terceirização do lixo dentro dos padrões considerados legais pelo Ministério Público e pela Justiça

● O governo deverá promover estudos para analisar a melhor forma de operação e exploração do novo aterro sanitário